

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

Nº 30

CONSERVAÇÃO URBANA: TEXTOS DE MOMENTO

Sílvio Mendes Zancheti

Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada

Olinda 2008



Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada

Missão

O CECI tem como missão promover a conscientização, o ensino e a pesquisa sobre a conservação integrada urbana e territorial dentro da perspectiva do desenvolvimento sustentável. Suas atividades são dirigidas para a comunidade técnica e acadêmica brasileira e internacional

Diretoria

Jorge Eduardo Tinoco, Diretor Geral
Mônica Harchambois, Diretor
Juliana Barreto, Diretor
Flaviana Lira, Diretor

Conselho de administração

Silvio Mendes Zancheti, Presidente
Tomás de Albuquerque Lapa
Ana Rita Sá Carneiro
Fernando Diniz Moreira
Virginia Pitta Pontual

Suplentes

Luis de La Mora
Fernando Diniz
Norma Lacerda

Conselho fiscal

Vera Milet Pinheiro, Presidente
Natália Vieira
Norma Lacerda

Suplentes

Fátima Alves Mafra
Magna Milfont
Rosane Piccolo

Texto para Discussão

Publicação com o objetivo de divulgar os estudos desenvolvidos pelo CECI nas áreas da Gestão da Conservação Urbana e da Gestão do Restauro.

As opiniões emitidas nesta publicação são de responsabilidade exclusiva dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada.

É permitida a reprodução do conteúdo deste texto, desde que sejam devidamente citadas as fontes. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Editores

Gestão da Conservação Urbana

Natália Vieira, Renata Cabral e Vera Milet Pinheiro

Gestão de Restauro

Jorge Eduardo L. Tinoco, Mônica Harchambois e Roberto Dantas de Araújo

Identificação do Patrimônio Cultural

Ana Rita Sá Carneiro, Magna Milfont e Virginia Pontual

Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada

Rua Sete de Setembro, 80
Olinda - PE
53020-130 - Brasil
Tel/Fax.: (55 81) 3429-1754
textos@ceci-br.org
www.ceci-br.org

FICHA BIBLIOGRÁFICA

Autor: Sílvio Mendes Zancheti

Título: CONSERVAÇÃO URBANA: TEXTOS DE MOMENTO

Editora: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada

Tipo da publicação: Textos para Discussão n. 30 – Série Gestão da Conservação Urbana

Local e ano de publicação: Olinda, 2008

ISSN: 1980-8267

CONSERVAÇÃO URBANA: TEXTOS DE MOMENTO

Sílvio Mendes Zancheti

Resumo

Coleção de treze textos, de estilo jornalístico, escritos entre 2002 e 2003 para o Website "Urban conservation". Tratam de vários temas relacionados à conservação urbana.

Palavras chave: conservação urbana, conservação integrada, desenvolvimento sustentável

Índice

1 Tombamento. Por que não 100 anos?	1
2 Patrimônio e desenvolvimento urbano	2
3 A conservação integrada e o desenvolvimento sustentável.....	3
4 É possível revitalizar o centro de São Paulo?	4
5 Conservação integrada e violência urbana	6
6 O patrimônio imaterial e o desenvolvimento sustentável local.....	7
7 Conservação dos bens culturais e a desmaterialização da informação	8
8 O ciberespaço e o patrimônio cultural	9
9 A gestão das Cidades Patrimônio Mundial do Brasil *	10
10 Transformar ou conservar os nossos centros históricos?	13
11 A destruição de uma paisagem histórica em Pernambuco	14
12 Cidades patrimônio mundial e a conservação do Recife.....	16
13 Amsterdã e Roma: duas formas de conservação urbana	18

1 Tombamento. Por que não 100 anos?

28 de julho de 2002

É urgente a definição de uma política de proteção do patrimônio edificado do Brasil, assentada sob regras claras e de aplicação universal.

O tombamento de edificações de nosso país depende de iniciativas individuais, especialmente de especialistas e organismos de proteção cultural. O IPHAN, entidade nacional responsável pela proteção do nosso patrimônio cultural, tomba construções de forma assistemática e episódica, segundo critérios pouco claros. Fica a mercê de interpretações subjetivas a respeito do valor cultural do acervo construído.

A inexistência de regras claras e objetivas de proteção tem levado a uma redução dramática do acervo de edificações de interesse cultural. Por exemplo, o número de edifícios anteriores à industrialização do país, isto é, construídos antes de 1930, está caindo a níveis dramáticos. Não faz mais sentido ficar esperando o reconhecimento de valores históricos ou artísticos para proteger esse acervo. As gerações futuras têm o direito moral a conhecer e vivenciar o acervo edificado de nossos antepassados. Afinal, desde 1930, já surgiram mais de 3 gerações de brasileiros.

Em nossa cultura, o valor de antiguidade (Riegel) é o valor cultural que se sobrepõe aos outros tipos de valores (histórico, artístico, monumental). Compreendendo a importância do valor de antiguidade, países como a Itália, definiram que todas as edificações anteriores a 1870 (ano da unificação do país) ficavam automaticamente protegidas. Outros países adotam uma escala móvel como, por exemplo, os cem ou cento e cinquenta anos anteriores ao atual.

A adoção de um desses procedimentos permite que os organismos de proteção cultural (em nível nacional, estadual ou municipal) trabalhem com regras precisas. Casos, como o tombamento de um edifício moderno dos anos 1960, passam a constituir a exceção e não a regra de ação.

A escala móvel ou a data referencial, para serem instrumentos eficazes, devem ser acompanhadas por critérios de classificação do grau de intervenção possível no edifício como, por exemplo: tombamento integral, tombamento parcial e passível de demolição. Assim, as iniciativas de intervenção nos edifícios seriam analisadas, pelas instituições responsáveis, segundo critérios sociais explícitos e de mais fácil julgamento.

Apresento duas possibilidades para implantar essa proposta. A primeira é a adoção de uma escala móvel de 100 anos. A segunda é fixar 1930 como o a data de referência para proteção, válida para os próximos 50 anos.

2 Patrimônio e desenvolvimento urbano

4 de agosto de 2002

Nos últimos anos, várias iniciativas de planejamento urbano no Brasil têm procurado ligar estratégias de desenvolvimento local com a preservação de áreas urbanas de interesse patrimonial. De modo geral, a maioria das iniciativas tenta criar uma área de interesse turístico nos sítios patrimoniais. Assim, o desenvolvimento urbano seria favorecido pelas receitas econômicas geradas por atividades destinadas aos turistas. Essa é uma estratégia perigosa no longo prazo, pois: a) os fluxos de turismo cultural não dependem somente da presença de áreas patrimoniais preservadas (existe uma competição muito intensa nesse campo entre cidades) e b) o turismo de massa pode se transformar numa ameaça à sustentabilidade das áreas urbanas (por exemplo, o que ocorre hoje em dia em Ouro Preto).

Felizmente existem no país outras iniciativas que ligam preservação e desenvolvimento urbano, por meio de programas de conservação integrada (Manifesto de Amsterdã). Cidades como Goiás Velho (GO) e Diamantina (MG) são exemplos muito bons dessa nova forma de conceber o desenvolvimento local de cidades patrimoniais. Também, seria justo destacar esforços desenvolvidos em Missões (RS) e São Luís (MA).

Nos casos de Goiás e Diamantina, a estratégia de desenvolvimento da conservação integrada surgiu da preparação das cidades para a candidatura ao título de Cidade Patrimônio Mundial da Humanidade. A UNESCO, nos últimos anos, passou a exigir, das cidades candidatas, uma série de instrumentos urbanísticos que promovam e garantam a conservação patrimonial. Entre eles está um Plano Diretor que individualize a área tombada. Também, são solicitados outros instrumentos que mostrem o comprometimento das instituições administrativas locais e nacionais com o projeto de conservação.

A confecção desses instrumentos, nessas pequenas cidades, é uma tarefa árdua, praticamente fora do alcance das administrações locais isoladamente. A única forma de fazer face às exigências tem sido envolver vários atores sócias no processo, como: o IPHAN, os governos estaduais, a prefeitura local, as entidades sociais e profissionais e os moradores. A motivação para receber o título tem criado bases para uma negociação aberta e transparente entre os atores que, felizmente, tem conduzido para uma aliança social em favor da preservação. O resultado mais importante dessa aliança é, sem dúvida, a identificação do patrimônio urbano como o principal recurso para o desenvolvimento local integrado e não só do turismo. Também, reconhece-se que o patrimônio tem múltiplas realidades, não sendo, somente, a aparência pitoresca da arquitetura e dos conjuntos urbanos. Pode, portanto, estar integrado às várias dimensões do desenvolvimento sustentável. As propostas de desenvolvimento local passam a ser, dessa forma, culturalmente orientadas, e arraigadas nas especificidades locais.

Os resultados desse processo têm sido notáveis. Goiás Velho foi, praticamente, destruída por enchentes em 2001. Em 2002 já está reconstruída, num esforço notável de seus habitantes. Diamantina vem se destacando como uma cidade inovadora capaz de superar as limitações impostas pelo seu contexto regional e ser reconhecida como a mais bem conservada cidade histórica mineira.

Esses exemplos mostram, com clareza, a possibilidade de associar conservação patrimonial com desenvolvimento local. A perspectiva dessa associação é, sem dúvida, a do desenvolvimento urbano culturalmente orientado.

3 A conservação integrada e o desenvolvimento sustentável

18 de agosto de 2002

A conservação urbana integrada (CI) tem origem no urbanismo reformista italiano dos anos 1960/70, mais especificamente, na experiência de reabilitação do centro histórico da cidade de Bolonha e conduzida por políticos, administradores, planejadores e arquitetos ligados ao Partido Comunista Italiano. Planejadores como Campos Venuti, Benevollo e Cervellati ganharam notoriedade mundial por suas originais contribuições no campo do planejamento urbano e da conservação patrimonial das cidades.

O impacto dessa proposta ultrapassou os limites da Itália e, em 1975, foi adotada, pelo Conselho da Europa, como uma diretriz para o planejamento urbano para os centros históricos do continente. Nesse ano, o Conselho se reuniu em Amsterdã e produziu um documento, a 'Declaração de Amsterdã' de orientação para a implantação dessa diretriz. Também, o grupo de planejadores e políticos, participantes do encontro, redigiu o "Manifesto de Amsterdã" que apresentou, pela primeira vez, uma formulação sistemática da CI, baseada em uma série de princípios de ação, especialmente para o poder público municipal.

Essa primeira formulação da CI estava restrita, ainda, à intervenção nos centros históricos. Os dois documentos de Amsterdã não apresentam uma definição clara do conceito de conservação integrada, mas a adotam como uma abordagem ou um modo de conceber e orientar a ação de intervenção em áreas urbanas históricas. Desde então, foram poucas as tentativas de categorizar o conceito de forma precisa. Por exemplo, têm-se as seguintes tentativas:

"Modo de conservação, restauração e reabilitação de edifícios e sítios antigos que aponta para a sua readaptação às novas funções da vida moderna" (F. Choay)

"Conservação integrada é alcançada pela aplicação de técnicas de restauração sensíveis e pela escolha correta de funções apropriadas no contexto de áreas históricas, levando em conta a pluralidade de valores, tanto econômicos como culturais, e visando julgamentos equilibrados." (J. Jokilehto)

"A conservação integrada é uma dialética entre a vontade de proteção e as necessidades de planejamento, recorrendo a meios jurídicos, administrativos, financeiros e técnicos específicos para responder a complexidade dos problemas a serem enfrentados." (Habitat II)

Nos casos de Choay e Jokilehto observa-se um viés na compreensão da CI como uma abordagem para a adaptação de edifícios antigos a novos usos segundo técnicas consagradas de restauro e de reutilização de imóveis de valor patrimonial. No caso da definição utilizada pelo Habitat II, há uma forte aderência à abordagem proposta pelo Manifesto e pela Declaração de Amsterdã, isto é, a CI é uma abordagem de integração do planejamento da cidade contemporânea e de áreas urbanas patrimoniais, para a sua utilização segundo novos usos e necessidades sociais.

A abordagem da CI vem se modificando de acordo com os o surgimento de novos paradigmas de planejamento, especialmente do desenvolvimento sustentável.

Minhas últimas reflexões no assunto me levaram a formular uma nova forma de entender a CI, que coloco para debate:

"Conservação integrada é uma um modo de abordar o planejamento e a gestão do patrimônio cultural urbano, segundo os seguintes princípios:

O planejamento e a gestão de áreas urbanas de interesse patrimonial devem estar integradas nos processos mais gerais de planejamento e gestão das cidades e dos territórios, dentro de uma visão multidimensional integrada (econômica, política, cultural, ambiental e físico-espacial);

A CI deve ser a estratégia de planejamento e gestão utilizada em áreas urbanas consolidadas que sejam reconhecidas como de interesse patrimonial-cultural, isto é, nessas áreas o processo de desenvolvimento privilegiará a conservação do patrimônio cultural, relativamente ao processo de transformação urbana;

Na CI, conservação é entendida como uma forma especial do processo de transformação urbana que procura manter no tempo (inter-gerações) a integridade e a autenticidade do patrimônio cultural;

A conservação integrada deve buscar o desenvolvimento sustentável, inserindo a conservação do patrimônio-cultural urbano, como um ativo que agrega valor em todas as dimensões do desenvolvimento (econômica, política, cultural, ambiental e físico-espacial)".

Esta pode servir como um elemento guia auxiliar na compreensão dos diversos sentidos que a CI vem assumindo nos últimos trinta anos e de sua aplicação em várias cidades em diversos países. Além disso, pode contribuir para operacionalizar o uso da CI em propostas de desenvolvimento sustentável urbano.

4 É possível revitalizar o centro de São Paulo?

1 de setembro de 2002

O urbanista argentino Alfredo Garay, em recente entrevista ao jornal "Folha de São Paulo" (26/08/2002), constatou que a perda de importância do centro da cidade de São Paulo deve-se, em grande parte, à obsolescência dos imóveis de escritórios construídos entre os anos 1940 e 1970. Segundo o urbanista, as novas exigências funcionais das firmas de serviço vêm requerer edifícios com pisos livres, com grande área construída, para escritórios panorâmicos. Como as empresas não podem construir mais no centro, elas buscam outras áreas da cidade para suas novas sedes e escritórios.

A solução para que o centro de São Paulo volte a ser uma "área central" estaria na substituição de parcela significativa das edificações existentes por esse novo tipo de edifício comercial. Garay propõe que sejam identificadas áreas de menor valor do centro, ou na sua periferia imediata, que possam ser objeto de renovação urbana (substituição de imóveis e infra-estrutura).

O urbanista afirma, também, que muitos edifícios poderiam ser demolidos por não terem valor patrimonial ou boa arquitetura. Lembra ainda, que uma política de proteção patrimonial deveria classificar qualquer edificação, do perímetro urbano tombado, segundo critério de importância para a sua preservação incluindo o de 'passível de demolição'.

As observações de Garay são importantes e, em parte, pertinentes. Acerta em questionar a falta de uma política de proteção patrimonial que classifique todos os edifícios segundo regras claras. Continuar como hoje, somente atuando com as exceções, isto é, o edifício excepcional do ponto de vista do valor patrimonial, significa gerir o 'bem público' sem critérios universais de intervenção. Por outro lado, o colega portenho peca ao imaginar que seja possível resgatar uma centralidade perdida em São Paulo e, por conseguinte, em muitas das grandes cidades do nosso país.

O Brasil seguiu um percurso de desenvolvimento urbano diverso do argentino. A centralidade gigantesca de Buenos Aires, a única metrópole do país, fez com que as atividades de altos rendimentos se concentrassem na capital portenha, especialmente no seu centro de negócios. A renovação urbana da área central de Buenos Aires foi muito intensa e, somente nos últimos anos começaram a surgir outras áreas de expansão central em direção à periferia. Esse processo já é bastante antigo em São Paulo, com os deslocamentos sucessivos do Centro Velho para o Centro Novo (região entre o teatro Municipal e a Praça da República, e desse para as avenidas Paulista, Faria Lima e Berrine, sucessivamente).

Em São Paulo formaram-se múltiplas centralidades, que não são centros tradicionais, e que criaram espaços funcionais de concentração especializada de atividades e valorização fundiária. O centro histórico, o CDB, não é mais o espaço privilegiado do capital financeiro e da especulação imobiliária.

Tentar resgatar essa centralidade perdida é um sonho impossível. A lógica da localização e da valorização imobiliária mudou, não só por forças de mercado mas, também, por políticas públicas que incentivaram o processo. O centro de São Paulo pode e deve ser revitalizado, mas como uma de significado único entre as diversas centralidades metropolitanas. Cabe perguntar, então qual será a direção da política de revitalização para apreender esse significado?

A revitalização do centro de São Paulo é uma grande oportunidade para criar o espaço amplo da cidadania na nossa maior metrópole. A seu significado simbólico/cultural como espaço fundacional de origem da cidade, e sua identificação com a maioria dos grupos sociais, incluindo os de menor renda, criam as condições para a instalação de um amplo leque de atividades de todos os setores da economia urbana. O escritório, das grandes empresas de serviços e finanças, é o menos importante nesse processo. A sua ausência poderá ser compensada por outras atividades com mercado dirigido a um número maior de consumidores. Também, a habitação é um uso urbano vital na redefinição das funções do centro antigo da metrópole.

Contudo, a chave da revitalização está na construção de um novo espaço público, que reforce as suas características democráticas e cívicas de local do convívio cidadão de pessoas e grupos sociais diversos. Deverá ser um espaço que facilite a integração das atividades produtivas com as de moradia, educação, cultura, lazer, diversão e socialização cidadina. Deverá ser de alta qualidade, em termos urbanísticos, de design, de mobiliário urbano e de materiais construtivos. Deverá ser cuidado com primor, como é o Metrô, pois somente esse cuidado pode resgatar o respeito do uso público. Deve valorizar o imenso patrimônio histórico e cultural (material e imaterial) existente na área, riqueza inestimável que ainda não foi aprendida pelos nossos gestores públicos.

Com uma política desse tipo, podemos perfeitamente concordar com a proposta de Garay, e botar abaixo muita arquitetura de má qualidade. Precisamos sim de espaço para o uso público e não para o escritório panorâmico da financeira.

5 Conservação integrada e violência urbana

15 de setembro de 2002

Acredito que as partes mais seguras das cidades de São Luís, Salvador e Recife sejam as áreas históricas revitalizadas. Não possuo cifras que possam comprovar essa minha hipótese. Essa afirmação vem da minha experiência como visitante e estudioso dos processos de revitalização dessas cidades.

O 'segredo' por traz dessas ilhas de segurança urbana está, para mim, no resgate do espaço público como área para o passeio a pé de famílias e indivíduos. São as únicas áreas dessas cidades (com a exceção de algumas partes das orlas marítimas) onde os seus habitantes e visitantes podem realizar esse ato característico, e fundamental, da vida urbana: contemplar e usufruir a sua cidade sem qualquer compromisso como o consumo, o trabalho ou outra obrigação. Andar e passear são atos de exposição ao outro, ao desconhecido, de forma desarmada.

Mas alguém poderá questionar se não estou invertendo a questão, isto é, as pessoas passeiam por que as áreas são seguras. Minha resposta é que segurança se constrói socialmente, como uma ação coletiva integrada. Ela não vem antes da apropriação do espaço urbano pelos cidadãos. São processos concomitantes.

A boa segurança dessas áreas foi resultado de um processo de revitalização mais o menos comum. Todos partiram de dois pressupostos: a) a qualidade do espaço público foi o objetivo principal da intervenção pública e b) a revitalização foi realizada segundo a abordagem da conservação integrada. Entretanto, o objetivo da qualidade não esteve dissociado da escolha da abordagem da conservação integrada.

A qualidade do espaço urbano não depende somente das características do desenho de suas calçadas e vias, dos seus equipamentos de uso coletivo e dos materiais construtivos empregados. É um atributo associado às relações espaciais entre a repartição do solo do sítio, as edificações (fachadas, proporções relativas, etc.), os elementos construtivos presente na porção pública, os usos e funções sociais que disponíveis sem fortes barreiras de acesso, e da carga simbólica que pode ser percebida pelos cidadãos. Assim, a qualidade vem associada à percepção da lógica constitutiva do espaço urbano, isto é, dos seus atributos específicos, relativamente aos outros espaços da cidade. A qualidade de um espaço urbano será sempre resultante de atributos próprios e de uma comparação relativa com outros espaços existentes na mesma cidade.

A abordagem da conservação integrada propõe que o foco a ação de revitalização seja o espaço público e que este seja tratado segundo três princípios: a) a da integração das suas múltiplas dimensões constitutivas no processo de seu desenho, construção e promoção; b) o da integração das ações de intervenção necessárias para construir o espaço público, tanto do ponto de vista setorial como da participação social (negociação entre atores) e c) o da permanência dos valores culturais patrimoniais, materiais e imateriais.

A ênfase na qualidade do espaço urbano e no uso da conservação integrada parece, desse modo, uma recomendação 'meio óbvia'. Entretanto, apesar da sua simplicidade, a regra, comumente empregada nas intervenções nas nossas áreas centrais, tem sido a do desprezo com a qualidade (por ser uma ação custosa), a da desintegração total das ações e a minimização da importância da permanência patrimonial.

Não sou tão ingênuo de acreditar que a questão da segurança de nosso país possa ser resolvida pela abordagem da conservação integrada. Por outro lado, estou convicto que o tratamento da violência urbana, especialmente em áreas críticas, pode ganhar qualidade se a ação de intervenção no espaço urbano for encarada, seriamente, segundo essa abordagem.

6 O patrimônio imaterial e o desenvolvimento sustentável local

29 de setembro de 2002

A década de 1990 foi um período decisivo para a transformação das concepções de conservação dos bens patrimoniais. Nesse período foram travados dois importantes debates: o primeiro, sobre a urgência da proteção dos bens patrimoniais imateriais e, o segundo, sobre a determinação da tradição cultural local sobre o processo de desenvolvimento sustentável local. Em síntese, esses dois debates tratam de um mesmo assunto: a natureza e a compreensão social e histórica do patrimônio cultural dentro do desenvolvimento geral das sociedades ocidentais.

O debate sobre a conservação do patrimônio imaterial mostrou que os processos de produção cultural são tão importantes como os seus resultados (produtos). Por exemplo, a ampliação do conceito de patrimônio cultural urbano, iniciada nos meados do século XIX, que vem sendo alargada continuamente para incluir monumentos isolados, grupos de edificações, bairros, cidades e territórios não foi suficiente para expressar a identificação cultural inter-gerações de várias sociedades urbanas. A discussão ressaltou a importância que, por exemplo, o saber fazer, a forma de ver o mundo e expressá-lo, o modo de transmitir o conhecimento inter-gerações, e outros aspectos imateriais da cultura são decisivos para a manutenção da identidade e a auto-estima dos povos, bem como para enfrentar as rápidas mudanças impostas pelo mundo globalizado.

No caso da relação tradição cultural e desenvolvimento sustentável, o debate centrou-se na determinação que o processo cultural local, especialmente as concepções de tempo (passado, presente e futuro) e de valor cultural, exerce sobre o desempenho do planejamento do desenvolvimento econômico e social de um povo.

A área de sobreposição entre os dois debates está na relação entre a cultura imaterial e o desenvolvimento sustentável. Por um lado, patrimônio material torna-se uma categoria social quase vazia quando é extirpada de seus valores culturais imateriais, portanto, irrelevante para o planejamento do desenvolvimento culturalmente orientado. Por outro lado, o desenvolvimento sustentável, sem uma forte orientação cultural, seja ela material ou imaterial, torna-se um programa social e político de pouco significado e relevância para a grande maioria das pessoas engajadas na transformação econômica e social.

A conservação integrada, como uma abordagem do processo de desenvolvimento urbano, busca ligar a preservação do patrimônio cultural ao desenvolvimento

sustentável local. Entretanto, essa abordagem ainda não desenvolveu uma clara ligação entre os aspectos materiais e imateriais do patrimônio com o planejamento do desenvolvimento. Até o momento, a conservação integrada limitou-se em evidenciar a importância da referência cultural matéria, especialmente de nossas cidades e sítios históricos, no desenvolvimento local.

É de fundamental importância que comecemos a explorar, no meio acadêmico e técnico, essa ligação entre os dois aspectos indissolúveis do patrimônio cultural urbano. Sem ela estaremos fadados a propor políticas e programas de desenvolvimento que serão de grande importância para a conservação da "cal e da pedra", mas de pouca importância para o engrandecimento humano de homens e mulheres que habitam as nossas cidades.

7 Conservação dos bens culturais e a desmaterialização da informação

13 de outubro de 2002

A expansão da Internet e o ciberespaço podem colocar em questão profundamente a concepção corrente de conservação dos bens culturais.

O conceito atual de conservação baseia-se na idéia que um bem cultural traz incorporada, na sua estrutura material, a informação que permite observadores de outras épocas interpretar o significado do bem segundo chaves de leitura que permitem 'ler' a informação nele contida. Essa formulação deve-se, na sua forma mais elaborada, a Cesare Brandi (A teoria do Restauro). Uma geração transmite informação a outra incorporando nos bens culturais. O ato de criar o bem (um quadro, uma escultura, um edifício, etc.) é um ato que historiciza a matéria. A atitude de um conservador responsável, com relação aos bens criados por gerações passadas, deve ser sempre a de manter, por mais tempo possível, a matéria autêntica do bem.

A teoria da informação, que fundamenta a Internet e o ciberespaço, parte de uma premissa completamente diferente. A informação é vista como uma entidade neutra com relação aos artefatos culturais. Ela é definida como um padrão formal que se destaca de um meio de ruído e caos (teoria de Shannon-Wiener). Significante e significado, signo e símbolo são categorias analíticas de segunda ordem nessa teoria. Essa teoria é, por exemplo, a base da investigação e manipulação do código genético dos seres vivos.

Uma consequência direta da concepção cibernética, e muito importante para a conservação, é a que a informação pode ser desincorporada de seu meio original e incorporada em um outro meio. Isto é, o suporte material seria indiferente para a permanência da informação. A realidade virtual é um produto prático, de última geração, da descorporificação - recorporificação da informação. Na RV pode-se criar um mundo virtual, anteriormente existente ou não na realidade, que reproduz e sensibiliza os sentidos humanos de forma tal que não podemos afirmar que não estamos 'vivendo' essa nova realidade.

A teoria da conservação de Brandi é antagonista à concepção cibernética. Para ele, a informação somente existe na sua incorporação material que, por sua vez, é um produto histórico irreproduzível. Informação e matéria são, de fato, uma única entidade do ponto de vista cultural e da humanidade.

Nos anos recentes, observa-se uma forte expansão do uso da realidade virtual, além da Internet, para disseminar o conhecimento e o uso dos bens culturais patrimoniais. Nessas iniciativas fica implícito que, pelo menos, uma parte da informação do bem cultural pode ser desincorporada da sua realidade material original, como são os casos, por exemplo, da versão virtual da Catedral de Notre-Dame, ou do sítio histórico de São Miguel das Missões. Também, busca-se recriar uma informação perdida como, por exemplo, nas versões de virtuais de cidades arruinadas de Pompéia e Olímpia. Nesses exemplos, a descorporificação da informação já é um fato. A pergunta decorrente desse processo será então: São esses artefatos virtuais, a) novos bens culturais independentes, b) bens culturais associados aos bens reais ou c) simples simulacros? A resposta não é tão direta como crêem tanto os mais ferrenhos adeptos da autenticidade do patrimônio cultural como os defensores incondicionais da realidade virtual.

O debate da descorporificação da informação é de especial interesse para as estratégias de proteção patrimonial imaterial. Nos últimos anos, tem sido ressaltado, no meio intelectual e oficial da conservação cultural, a necessidade de se realizar inventários das manifestações da cultura imaterial. O caso do inventário dos bens imateriais, promovido pelo IPHAN no Brasil é uma iniciativa importante nessa direção. A decisão de informatizar e colocar na Internet os resultados dos inventários é mais que louvável. Contudo, o levantamento não esgota as responsabilidades das instituições de proteção cultural. Se de fato, a informação não pode ser descorporificada de seu meio de suporte, no caso dos bens imateriais a política de proteção deverá, também, tratar os aspectos sociais e humanos associados aos bens. Política de proteção cultural somente será efetiva se for associada às políticas de desenvolvimento social intergerações. Para a transmissão da cultura imaterial será necessário promover o contato, e a passagem, das experiências (a informação) de modo direto entre indivíduos e grupos. Contudo, nesse momento a informação descorporificada do ciberespaço pode ser de valor inestimável para o sucesso da política.

8 O ciberespaço e o patrimônio cultural

21 de novembro de 2002

As tecnologias da informação e da comunicação (TIC, sigla em inglês) estão mudando rapidamente a forma como percebemos a nossa herança cultural urbana e arquitetônica.

Algumas áreas de pesquisa produzem resultados espantosos. Nos trabalhos de identificação e levantamento de plantas, fachadas e detalhes as modernas "câmaras digitais tridimensionais" podem 'escanear' rapidamente um grande edifício de vários pavimentos, com grande riqueza de detalhes. O resultado pode ser colocado na Internet, em um programa que permite ao usuário medir, e ver, qualquer característica do imóvel, com uma precisão de um milímetro. Todo esse trabalho pode ser realizado por um único técnico em menos de dois dias de trabalho.

As simulações tridimensionais também, permitem que sejam testadas várias hipóteses de conformação espacial e arquitetônica de ruínas de cidades e edifícios, como, por exemplo, tem sido realizado em Pompéia (Itália) e Olímpia (Grécia).

Esse uso das TICs não modifica a forma como percebemos o patrimônio cultural, pois são tecnologias que substituem processos tradicionais de análise e intervenção que não alteram, de imediato, seus fundamentos conceituais. São mudanças instrumentais voltadas para a melhoria de desempenho do trabalho humano já existente. Contudo, o emprego continuado e aprofundado dessas tecnologias certamente terá um impacto significativo na forma de apreensão cultural dos significados do patrimônio, que ainda não podemos avaliar com clareza.

Por outro lado, as TICs também criam novos objetos culturais que, por sua vez, mudam a significação de conceitos estabelecidos como, por exemplo, o de patrimônio e de herança cultural. Dois processos, entre muitos outros, ligados à emergência das TICs contribuem para essa transformação: a formação das comunidades virtuais e a interatividade na Internet.

Comunidades virtuais criam grupos que partilham e formam valores culturais dissociados de culturas com bases locais. No mundo real, as comunidades são grupos que partilham valores comuns herdados de formações sociais históricas mais amplas. No ciberespaço as comunidades podem criar seus próprios valores, isto é são embriões de culturas. Assim a idéia de herança cultural para comunidades virtuais será bem diferente daquela das comunidades reais ou locais, pois os valores serão de outra natureza.

No caso da interatividade os objetos do ciberespaço podem ser usados pelos usuários sem serem destruídos. Um novo objeto pode ser criado pela transformação de um outro por meio de colagens, integração, etc. Também, dois objetos podem ser colocados lado a lado e mesclados. Por exemplo, podemos mesclar uma pirâmide virtual do Egito com uma do México, ou fundir parte do espaço urbano de Nova York com o centro de São Paulo. Os objetos criados não serão aberrações de uma mente perturbada, pois no ciberespaço estamos lidando com a informação desmaterializada dos seus corpos reais. A ligação de dois objetos muito distintos sempre foi um sonho da humanidade. Sem dúvida os novos objetos criados serão de natureza diversa daqueles que formam o nosso patrimônio cultural material. Entretanto, esses objetos podem começar a fazer parte das nossas vidas e serem visitados, usados, amados, admirados e estudados como a nossa herança cultural material tradicional.

A emergência do ciberespaço como campo de manifestação da cultura é algo irreversível a meu ver. As mudanças nas concepções de espaço, tempo, comunidades e patrimônio decorrentes da emergência do ciberespaço estão longe de serem mapeadas e, ainda menos, entendidas. Existem potencialidades enormes para o experimento cultural como, também, existem riscos consideráveis para a dissociação do produto cultural da nossa vida material e dos nossos corpos e, conseqüentemente, a nossa vida como seres sociais.

9 A gestão das Cidades Patrimônio Mundial do Brasil *

21 de dezembro de 2002

Sílvio Mendes Zancheti, Tomas Lapa & Norma Lacerda

As Cidades Patrimônio Mundial (CPM) do Brasil constituem um conjunto com características especiais que as tornam representativas, do ponto de vista da gestão integrada do desenvolvimento local com a conservação dos valores patrimoniais

urbanos. Dessa forma, constitui uma referência importante na formulação de políticas públicas relacionadas à conservação e ao desenvolvimento.

No Brasil existem cento e onze cidades tombadas sendo que estão oito centros urbanos (Ouro Preto, Olinda, Salvador, Brasília, São Luís, Diamantina e Goiás Velho) e dois sítios históricos (São Miguel das Missões e Congonhas dos Campos) estão na lista do Patrimônio Mundial. Esse conjunto inclui situações urbanas bem distintas quanto aos aspectos de:

- Escala – cidades grandes, médias e pequenas;
- Formação – cidades antigas e cidades novas;
- Inserção regional – centros metropolitanos, periferias metropolitanas, capitais estaduais, centros regionais, e outros;
- Base econômica – rural, industrial, serviços;
- Valor patrimonial – urbanísticos, paisagísticos, arquitetônicos e artísticos.

Essas cidades enfrentam o desafio de elaborar e implantar estratégias locais de desenvolvimento, no mesmo nível de dificuldade de qualquer outra cidade brasileira. O estatuto de Cidade Patrimônio Mundial não alterou as condições estruturais e objetivas da administração urbana. Em nenhuma delas existe uma estratégia bem definida que associe conservação cultural ao desenvolvimento local. Estabelecer essa relação é, ainda, um objetivo a ser alcançado no sistema de gestão pública municipal. Entretanto está é uma situação em mudança.

Nas situações onde a estratégia está encaminhada, já foram ou estão sendo elaborados programas de desenvolvimento baseado, especialmente, em metodologias de planos estratégicos, com forte ênfase na gestão. Estes planos buscam formar consensos políticos parciais, entre atores sociais, sobre a interpretação das potencialidades e limitações, oferecidas pelos recursos locais, as formas de atuação para criação de programas, planos e projetos para utilização dos recursos e a maneira de inserção da economia local no contexto de desenvolvimento regional, nacional e internacional.

Nas cidades onde alguma forma de estratégia de desenvolvimento está em andamento, o patrimônio cultural, especialmente o protegido por tombamento, está sendo interpretado como um ativo econômico importante para o sucesso da estratégia. Entretanto, este patrimônio tem sido incorporado nas estratégias de desenvolvimento local de forma restrita, especialmente como recurso de incentivo ao turismo ou de infra-estrutura para lazer e diversão. Poucos são os casos onde os recursos culturais, especialmente urbanísticos e arquitetônicos, contribuem para a melhoria da qualidade de vida, seja através da habitação, da educação, do comércio ou dos serviços de apoio à população local e regional. Por outro lado, a inserção dos bens culturais em programas de 'restauração' ou 'revitalização' não atenta, devidamente, para os aspectos da manutenção, seja da autenticidade ou da historicidade dos bens culturais, acarretando problemas de conservação dos bens culturais, em vista das futuras gerações.

As estratégias de compatibilizar ações de desenvolvimento com as de conservação patrimonial, em geral apresentam um aspecto dual, com duas vertentes distintas: uma desenvolvimentista e outra culturalista.

Um dos elementos de definição das estratégias de desenvolvimento x conservação é o modo de gestão dos processos de decisão quanto aos seus objetivos, formato e

implantação dos planos e projetos. Entre as CPM's brasileiras, observa-se uma variedade de situações de participação e alianças dos atores, com a finalidade de cumprir objetivos de desenvolvimento local e conservação patrimonial. Não existe um único formato institucional de organização e definição da participação para as cidades. Estão presentes modelos de gestão centralizados, participativos e com uma composição mista. Além disso, no caso da formação de alianças, os temas do desenvolvimento e da conservação são tratados, em geral, de forma separada. Apenas poucas cidades já esboçaram alianças, dirigidas aos dois temas em questão simultaneamente.

Diante do exposto, é possível identificar quatro situações distintas para descrever a posição das CPM brasileiras.

Situação 1 - Observa-se uma crescente consciência social, com respeito à importância da conservação e do reconhecimento dos bens patrimoniais como elemento essencial ao desenvolvimento local. Também estão presentes processos de mobilização de diversos atores sociais, envolvidos no processo de conservação, e a formação de uma estratégia de desenvolvimento, culturalmente orientada. As cidades de Diamantina, Goiás e, em certa medida, São Miguel das Missões são as que melhor se enquadram nessa situação.

Situação 2 - Apesar da presença da conservação do patrimônio na estratégia de desenvolvimento local, a idéia ainda não está disseminada, e absorvida, por uma ampla gama de atores sociais. Como consequência, as alianças são pouco desenvolvidas e estáveis, além de serem realizadas com participação social restrita. Nesta situação, os exemplos que melhor se enquadram são os de São Luís, Salvador e Brasília.

Situação 3 - O patrimônio ainda foi claramente reconhecido como elemento de desenvolvimento local. Ou seja, não foi consolidada uma aliança, contemplando o binômio desenvolvimento/conservação, embora exista forte consciência coletiva da importância do patrimônio como recurso cultural. O caso típico nesta situação é Olinda.

Situação 4 - A consciência da conservação é um trabalho a ser ampliado na comunidade municipal e não foi desenvolvida ainda uma estratégia local de desenvolvimento. A questão, contudo, vem sendo incorporada nos meios administrativos e técnicos locais e nacionais, preocupados com a integridade e a sobrevivência do patrimônio local. Os exemplos que mais se aproximam desta situação são os das cidades de Ouro Preto e Congonhas.

* Este texto constitui a primeira parte do relatório "Estatuto da Cidade e Patrimônio Cultural Urbano", que sintetiza e analisa as principais conclusões do seminário de mesmo nome, realizado pela UNESCO e pela Caixa Econômica Federal na cidade de Mosteiro de Santo Antônio, na cidade de Olinda, entre os dias 31 de julho e 3 de agosto de 2002. Esse texto vem sendo utilizado em documentos de outras instituições sem a devida identificação dos seus autores e patrocinadores).

10 Transformar ou conservar os nossos centros históricos?

8 de fevereiro de 2003

Nos últimos anos, os projetos de revitalização de áreas históricas de nosso país têm seguido e uma máxima que precisa ser repensada: "conservar é transformar radicalmente".

Poucos são os projetos que não propõe mudanças profundas nos tecidos urbanos e nas edificações antigas. Casos típicos dessa postura foram, por exemplo, o projeto do Pelourinho, nos anos 1990 e os projetos do Bairro depois do ano 2000.

A transformação é, sem dúvida, um processo inerente à cidade. Não podemos imagina-la mudanças contínuas nos seus aspectos político, econômico, social, cultural, ambiental e espacial. Quando o processo de mudança para a cidade se transforma ou num museu ou numa ruína.

Entretanto, já sabemos que as dinâmicas de transformação das dimensões urbanas são diferenciadas. Por exemplo, as estruturas físicas têm um tempo de transformação muito mais longo que as estruturas sociais (política, econômica e cultural). Querer sincronizar o ritmo de mudanças foi um dos grandes erros do planejamento urbano do século XX. A sincronização sempre significa escolher uma dimensão como referência para as outras. No caso dos projetos de revitalização sempre está presente a proposta de adequação das estruturas urbanas antigas (tecido urbano e edificações) aos requisitos espaciais e infra-estruturais das atividades econômicas contemporâneas, especialmente de comércio e serviços. Entretanto, essa 'adaptação' precisa ser muito mais pensada do que tem sido a regra, pois o que se observa é um abandono imediato da proposta de conservação pela da transformação radical.

Vejamos por exemplo, a Rua do Bom Jesus no Recife. Essa é a rua mais antiga da cidade e possuía, também, os mais antigos exemplares de edificação civil. O plano de revitalização propunha uma mudança de uso das edificações. Os projetos arquitetônicos foram concebidos segundo o pressuposto da 'adequação espacial e funcional das edificações antigas' aos requisitos das novas atividades. Entretanto a tal adequação significou a radical transformação das edificações, segundo projetos totalmente modernos que enfatizaram a simples substituição das estruturas materiais existentes com a exceção das fachadas. Foram desprezadas as características tipológicas das edificações, como a organização espacial dos interiores, o uso de materiais tradicionais, os esquemas e sistemas de circulação e mesmo a divisão em pisos. Da estrutura urbana antiga resta, somente, o traçado da rua, a divisão dos lotes e a alvenaria de tijolos.

Sendo o Bairro do Recife uma área tombada, esperava-se que o pressuposto básico da conservação integrada e do desenvolvimento urbano sustentável fosse respeitado pelos projetistas e administradores urbanos, isto é: garantir que as gerações futuras recebam, pelo menos, o mesmo padrão de riqueza cultural e ambiental que herdamos dos nossos antepassados. Mas, pelo contrário, a próxima geração ira receber um ambiente novo, com fachada de antigo, quase sem traços da herança acumulada nos últimos quatrocentos anos. Quase toda a matéria historicizada (Brandi) foi perdida. A política da conservação foi destruída e quase não faz mais sentido, restando somente, às próximas gerações, recorrer manter os poucos registros históricos e iconográficos que descrevem a rua do Bom Jesus.

O exemplo dessa rua serve para ilustrar o fato que qualquer projeto de revitalização não pode ser executado, somente, com o apoio de um plano de revitalização. Os

planos podem somente orientar a ação coletiva. São os projetos das suas partes e elementos que o realizam. Mas esses são realizados segundo uma miríade de iniciativas particulares, não sincronizadas no tempo, e sob a responsabilidade de inúmeros atores (o proprietário do imóvel, o investidor, o arquiteto do projeto, os engenheiros, os mestres de obras, os operários e os agentes públicos reguladores). Se esses atores e responsáveis pelas inúmeras decisões que afetam os projetos não possuírem o mínimo de informação do que seja conservação e de sua prática, os resultados não poderão ser diferentes daqueles que estamos observando.

O papel do agente público regulador ganha uma importância fundamental nessa situação de desinformação e falta de consciência generalizada entre os meios profissionais. A sua responsabilidade como agente crítico aumenta, pois caberá a ele criar mecanismos de discussão, avaliação e decisão sobre as iniciativas privadas.

O papel de agente crítico fica mais claro quando tomamos outro exemplo recente.

Nos últimos anos, os projetos de revitalização têm se caracterizado pelo crescente número de propostas de inserção de equipamentos urbanos de grande porte nas áreas urbanas antigas, sendo emblemático o caso dos 'shopping centers' e centros comerciais. Por exemplo, ainda no Bairro do Recife, está sendo construído um 'shopping cultural' com um anexo de dois grandes edifícios garagem. O 'shopping' ocupará um antigo convento do século XVIII e os estacionamentos dois grandes lotes na rua da Madre de Deus, sendo um de cada lado da rua. Os edifícios garagens serão interconectados por enormes passarelas de veículos de três andares de altura (mais ou menos nove metros). Esses edifícios terão uma área construída de pelo menos quatro vezes a do convento e sua arquitetura será a do usual caixão de vidro sem qualquer relação formal com o contexto local. A passarela cortará toda a perspectiva da histórica rua (e convento e da igreja do mesmo nome) que, por sua vez, é, também, tombada.

O impacto negativo desse projeto no Bairro e na cidade é tremendo, especialmente considerando os pressupostos do desenvolvimento sustentável. Por pelo menos 30 ou mais anos, os dois únicos lotes ainda livres, de grande valor ambiental do Bairro (são lotes abertos para o rio e para o mar), serão ocupados para abrigarem automóveis (uma proposta completamente fora de propósito, quando todas as recomendações internacionais preconizam a retirada dos automóveis dos centros históricos). Portanto, não poderão mais ser utilizadas por atividades urbanas, que impliquem a presença de pessoas, e tão necessárias na área. Concluindo, a nossa e a próxima geração vão ter que conviver com um dos maiores equívocos realizados em nome adequação dos ambientes antigos aos requisitos das atividades modernas.

Propostas e projetos como esses devem ser evitados no futuro. Conservar é, de fato, gerir a mudança sem, contudo, negá-la. A abordagem da conservação integrada subordina a transformação à conservação, e não ao contrário como está sendo proposto de forma intensa em nosso país.

11 A destruição de uma paisagem histórica em Pernambuco

13 de março de 2003

Pernambuco é um estado com cidades que remontam ao primeiro século da colonização. Foram agrupamentos urbanos organizados segundo padrões urbanísticos ainda medievais como, por exemplo, Olinda, exemplar mais

significativo desse conjunto. Igarassu, Ipojuca e Serinhaém são verdadeiros arquivos históricos de morfologia urbana que permanecem desconhecidos.

Uma das características morfológicas de maior interesse nas antigas cidades pernambucanas devido ao seu caráter autêntico e único no país é o confinamento do tecido urbano no interior de um perímetro perfeitamente delimitado. O início da colonização viu surgir vilas cercadas por paliçadas, fossos e barreiras naturais como mangues, rios e o mar. A iconografia dos primeiros decênios do século XVII, especialmente a holandesa, é farta de imagens mostrando vilas cercadas, por motivos defensivos, como as vistas de Serinhaém e Porto Calvo (AL) contidas no livro de Barlaeus. Os muros e paliçadas também estiveram presentes em Olinda e Recife. As recentes descobertas arqueológicas no Bairro do Recife comprovam a veracidade das imagens antigas.

O tempo deixou pouco desse legado para nós. As paliçadas e muros foram eliminadas a muitos séculos e as áreas de defesa naturais foram ocupadas pela urbanização. Contudo, duas exceções continuavam, parcialmente, a manter os registros visuais do confinamento da área urbana dentro do limite das antigas fortificações: Ipojuca e Serinhaém. Essas cidades surgiram de vilarejos formados para apoiar à expansão da plantação açucareira na Zona da Mata Sul de Pernambuco. Eram núcleos urbanos muito próximos da costa, localizados em colinas e morros que permitiam um amplo domínio visual das plantações, dos caminhos e da zona costeira. Foram pontos importantes de conflito nas guerras holandesas.

A permanência da plantação açucareira, e a concentração da propriedade fundiária, fizeram com que essas cidades não crescessem por séculos. A expansão urbana deu-se dentro do perímetro primitivo da cidade devido, em um primeiro momento, pela presença da linha de fortificações e, em um segundo, pelo limite da propriedade açucareira. A derrubada das paliçadas no século XVII não eliminou as barreiras institucionais impostas pela plantação à cidade. Ipojuca e Serinhaém não formaram periferias ou subúrbios, urbanizaram-se "intramuros". Essa situação perdurou até o final do século XX. Em 1996, podia-se ver Ipojuca como um aglomerado urbano, isoladas no meio do canavial, com uma marcação precisa dos limites entre o campo e a cidade. Um perfeito exemplar de uma urbanização colonial primitiva que ecoava, ainda, como uma cidade da idade média portuguesa, mas tropical.

Há poucos anos esse arranjo foi rompido. Um surto local de desenvolvimento baseado nas atividades turísticas nas praias e no crescimento industrial forçou a expansão urbana da sede do município. A grande crise da produção açucareira em Pernambuco, permitiu a liberação de terras para a especulação imobiliária urbana. A ausência de qualquer plano de urbanização associado a uma política de proteção patrimonial e ambiental, fez com que a expansão ocorresse sobre a área agrária de contorno da cidade, principalmente nas proximidades da rodovia que tangencia o núcleo urbano original. A paisagem urbana secular, única no Brasil, praticamente desapareceu em menos de cinco anos. Criou-se uma periferia banal de baixo padrão de ocupação. Também, permitiu-se o adensamento construtivo no interior do perímetro urbano antigo, o que contribuiu para o fim de um dos últimos legados culturais da ocupação e urbanização do campo pernambucano do início da colonização.



Ipojuca em 1996



Ipojuca em 2003

Esse processo podia ter sido evitado, pois existem outras partes da zona de contorno da cidade antiga que estão sendo ocupadas por urbanização, mas que não comprometem a conformação daquela paisagem cultural.

Os exemplos de Ipojuca e Serinhaém, que se encontra na mesma situação, são um alerta, tardio infelizmente, da necessidade de criar uma política nacional de proteção cultural do território. O Brasil tem realizado avanços muito significativos na proteção de paisagens naturais, mas tem negligenciado a paisagem cultural, tão importante para um país que tem mais de 75% da sua população vivendo em cidades.

12 Cidades patrimônio mundial e a conservação do Recife

27 de abril de 2003

O título de cidade patrimônio mundial da humanidade encanta os políticos e os administradores das cidades do Brasil. Entretanto, poucos desses estão interessados no principal motivo da honraria, pior ainda, procuram evitá-lo de todas as formas possíveis. Ser uma cidade Patrimônio Mundial implica, pelo menos, criar condições institucionais e garantir o comprometimento de recursos públicos e privados para a sua conservação, destinado ao usufruto da presente e das futuras gerações de brasileiros. Poucos políticos e administradores estão dispostos a assumir esses compromissos.

Para ser reconhecida como um Patrimônio Mundial, uma cidade precisa demonstrar que possui, pelo menos, um valor universal no campo da cultura, da arte ou da ciência. Encontrar esse valor não é um processo trivial. No caso do Recife, acredito

que o mesmo esteja na significação da produção do açúcar para a formação urbana. Podemos dizer que, de 1535 a 1930, a cidade do Recife foi moldada de acordo com a cultura do açúcar. Recife foi a primeira experiência de urbanização no mundo centrada na produção açucareira e passou por todas as fases de ascensão, glória e decadência dessa economia. Se existiu uma "cultura do açúcar", para o bem ou para o mal, ela foi criada e se desenvolveu aqui.

Após encontrado o valor universal do lugar, a proposta de indicação da cidade a Patrimônio Mundial deverá passar por um teste de autenticidade, isto é, será questionado se patrimônio construído é autêntico e representa materialmente o valor universal que o mesmo busca afirmar.

O teste de autenticidade para o Recife será de difícil superação. Desde os anos 1950, o centro histórico da cidade, isto é, os bairros do Recife, Santo Antônio e São José vêm sendo sistematicamente descaracterizados, ou mesmo destruídos. O Bairro do Recife, apesar de ser o mais bem conservado, quase não possui vestígios da antiga estrutura urbana colonial ou imperial. O bairro de Santo Antônio transformou-se numa área moderna depois dos anos 1950. A estrutura urbana de São José foi mutilada, nos anos 1970, perdendo parte substancial do patrimônio construído e hoje as edificações restantes estão descaracterizadas, com raras exceções. O que resta do patrimônio urbano da cultura do açúcar são os edifícios religiosos e uns poucos civis.

Apesar do centro histórico do Recife possuir um número elevado de edifícios tombados, não se pode afirmar que esse conjunto possua um valor universal pelas suas características próprias. Para que assim fosse, o valor universal deveria estar materializado no conjunto urbano. Infelizmente isso não ocorre mais, pois se perdeu a unidade e a integridade necessária para garantir a autenticidade do conjunto urbano que acolhe os edifícios notáveis.

Se o número de edificações tombadas fosse um argumento forte para inserção de uma cidade na lista do Patrimônio Mundial, o Brasil teria uma participação ainda mais marcante na lista. O centro da questão não está na quantidade, mas sim, na qualidade do conjunto de valor universal. Por exemplo, o valor universal de Salvador está no conjunto urbano criado a partir da integração de diversas culturas (africana, européia e indígena), o de Ouro Preto, por sua vez, na civilização urbana fundada na exploração do ouro. Essas duas cidades possuem imensos patrimônios religiosos que, entretanto não constituíram o principal motivo para a aceitação das duas cidades na lista da UNESCO.

Infelizmente, o centro do Recife não manteve uma ligação temporal com o seu passado urbano. Não acredito que valha a pena tentar restabelecer essa ligação através de um processo artificial de reconstrução. Mais interessante seria pensar em alargar o perímetro de tombamento de Olinda para proteger a área urbana ainda livre que liga a velha capital ao seu porto. Essa faixa de terra – o istmo – por ter ficado, nos últimos 50 anos, à margem do desenvolvimento urbano e pelo desinteresse da especulação imobiliária, ainda está íntegra e é a mais autêntica paisagem urbana histórica de Pernambuco, como pode ser comprovado pela numerosa iconografia existente sobre o tema.

13 Amsterdã e Roma: duas formas de conservação urbana

28 de julho de 2003

Em junho passado conheci, finalmente, Amsterdã. Demorei mais de 30 anos para chegar lá, desde o meu primeiro contato, e encantamento, com a história do seu urbanismo. Valeu a pena.

Mais interessante que visitar a magnífica cidade foi realizá-la partindo de Roma, minha paixão há mais de 30 anos. Assim, foi possível comparar duas formas de conservar a arquitetura civil, não monumental, da cidade, que produzem resultados diferentes e magníficos. Em poucas palavras posso dizer que: em Roma o edifício antigo parece velho e em Amsterdã parece novo.

Em Roma, e na Itália em geral, o observador se depara com um aparente paradoxo: em uma cidade onde impera o respeito pela conservação urbana, grande parte das edificações antigas tem aspecto de "coisa velha" pouco cuidada, especialmente no que diz respeito à conservação das pinturas das paredes, portas e janelas, dos rebocos e da limpeza das pedras e tijolos aparentes. As pinturas podem estar desgastadas, os rebocos deteriorados e as pedras e tijolos muito enegrecidos ou desgastados. Também, sempre se observa várias edificações em "restauro", onde se intervém com vigor, em todos os aspectos construtivos e plásticos do edifício. Percebe-se que a conservação dos exteriores das edificações é feita em episódios esporádicos, distanciados no tempo, mais ou menos a cada 20 ou 30 anos. Esse processo gera uma cidade que não perde seu senso de antiguidade. A conservação urbana de Roma se baseia no senso de continuidade, entre passado e presente, pela valorização do valor de antiguidade e do aspecto de velho de suas edificações.

Talvez seja essa forte preponderância do valor de antiguidade que dificulte a introdução de edifícios contemporâneos nos centros históricos italianos, especialmente em Roma.

Em Amsterdã o processo da conservação da arquitetura civil é muito diverso. A primeira impressão do observador, no centro histórico, é de que as edificações têm mais ou menos a mesma idade. Pelo aspecto externo não se identifica, de imediato, o que é mais antigo ou mais novo. Deve-se recorrer a análises de estilos, técnicas construtivas e materiais para se chegar a alguma conclusão. O alto grau de conservação é uma constante, com quase todos os edifícios estão bem pintados, com rebocos firmes e com alvenarias aparentes limpas. Um prédio de 1600 tem a mesma aparência externa de um de 1800 ou de 1900. É surpreendente o grau de conservação em uma cidade no litoral e com altos índices pluviométricos.

Caminhar por Amsterdã é deparar-se com um enorme canteiro de obras de reparo dos seus imóveis. Por toda parte, vê-se prédios sendo reformados, pintados ou reparados. O mais surpreende é o grande número de pequenas obras, especialmente nas partes externas, como alvenarias, portas e janelas, cornijas etc. que são realizadas por poucos artesãos ou os proprietários. É um processo de conservação bem simples: a manutenção permanente, cotidiana, quase uma mania coletiva. A valorização do patrimônio cultural construído não está no reforço do valor de antiguidade, pelo seu aspecto de velho, mas pela aparência de novo de edifícios que são, claramente, antigos. A continuidade temporal da herança urbana processa-se, portanto, no ato coletivo de manter as edificações no estado mais próximo possível do momento em que foram criadas. O tempo entre passado e presente se encurta trazendo o passado para o presente, sem, contudo, negá-lo.

Essa postura de conservação urbana de Amsterdã explica porque essa cidade tem um dos mais bem sucedidos processos de integração da arquitetura contemporânea no tecido urbano antigo. O novo, o antigo ou o moderno, é sempre o presente. O passado permanece dentro do aspecto do novo.

Os dois exemplos mostram como a abordagem da conservação urbana, mesmo partindo de premissas similares de permanência das estruturas construídas antigas, pode resultar em situações urbanas profundamente diferentes do ponto de vista da cultura e da apreciação estética da cidade.

Para o Brasil as experiências de Roma e Amsterdã mostram que devemos buscar modos próprios de conservar as nossas cidades e que esses modos somente serão atingidos se, de fato, compreendermos no processo cultural que embasa a nossa formação urbana.